

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.275 - SP (2016/0320847-8)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : USINA COLORADO - AÇÚCAR E ÁLCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA LTDA**  
**RECORRENTE : THEODORO RIBEIRO DE MENDONCA**  
**RECORRENTE : JANETE JABBOUR MENDONCA**  
**RECORRENTE : MARCOS DE MENDONCA MARCELINO**  
**RECORRENTE : JOSE PUGLIESI**  
**RECORRENTE : JOSE ODEMIR SPAGGIARI**  
**RECORRENTE : MARIA DE LOURDES RODRIGUES JAMEL**  
**RECORRENTE : ANTONIO CRISTOVAO LELIS ISHIARA**  
**RECORRENTE : MÁRIO ALCIRO PARISI**  
**RECORRENTE : JOSÉ NOGUEIRA LOURENÇO**  
**RECORRENTE : EURÍPEDES APARECIDA MENDONÇA MARCELINO**  
**RECORRENTE : MÁRCIO MENDONÇA MARCELINO**  
**RECORRENTE : VIRGINIA APARECIDA DE MENDONCA MARCELINO LACORTE**  
**RECORRENTE : JOSE OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA**  
**RECORRENTE : MARCELO RIBEIRO DE MENDONCA**  
**RECORRENTE : JOSIMARA RIBEIRO DE MENDONÇA CAMARGO**  
**RECORRENTE : GERALDO RIBEIRO DE MENDONCA**  
**ADVOGADOS : WALDEMAR DECCACHE - RJ046590**  
**KAREN REGES SIERRA E OUTRO(S) - SP185010**  
**RAFAELA TOLEDO MONTANINI ARANCIBIA - SP260235**  
**RECORRIDO : FEDERAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DO BRASIL**  
**ADVOGADOS : PEDRO VINHA - SP117976A**  
**THIAGO DEGELO VINHA - SP214006**  
**RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E FORNECEDORES DE CANA DE IGARAPAVA**  
**ADVOGADO : FERNANDO CAMPOS DE ARRUDA E OUTRO(S) - RJ005833C**  
**RECORRIDO : COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO DE IGARAPAVA**  
**ADVOGADO : MYRTHES SOARES NASSIF MACHADO E OUTRO(S) - SP021314**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por USINA COLORADO - AÇÚCAR E ÁLCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONÇA LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA. RESTITUIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO DO ART. 64 DA LEI 4.870/65. COMERCIALIZAÇÃO DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

CANA-DE-AÇÚCAR. RECEPÇÃO PELA CF DE 1988. EXIGIBILIDADE.

1. A contribuição a que se refere o art. 64 da Lei 4.870/65 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, consoante pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal.
2. Com a extinção do IAA pelo pela Lei 8.029/90 (art. 1º, I, alínea 'd') e pelo Decreto 99.240/90, a União, na qualidade de sucessora daquela autarquia (art. 23 da Lei 8.029/90 - renumerado pelo art. 20 da Lei 8.154/90), passou a ser o sujeito ativo da contribuição a que se refere o art. 64 da Lei 4.870/65. Julgados do Superior Tribunal de Justiça.
3. Inexigibilidade da contribuição em comento após a liberação do preço da cana-de-açúcar pela Portaria 275-MF, de 16 de outubro de 1998, a partir da flexibilização de preços da economia prevista na Lei 8.178/91.
4. Em que pese não ser mais praticado o preço oficial para a cana-de-açúcar, ainda há a comercialização com base no preço da tonelada, de modo que a contribuição prevista no art. 64 da Lei 4.870/65 não perdeu sua base de cálculo, visto que ainda existe uma expressão econômica que permite o seu cálculo.
5. A partir de 1999, o preço da tonelada deixou de ser determinado por órgãos governamentais e passou a ser fixado por entidades privadas, como, no Estado de São Paulo, pela CONSECANA.
6. Havendo, ainda, expressão econômica aferida na compra da cana pelo setor sucroalcooleiro, permanece a base de cálculo da contribuição disciplinada no art. 64 da Lei 4.870/65.
7. Irrelevante, neste caso, o fato do preço não ser mais determinado pelos órgãos oficiais, posto que este elemento era de importância secundária (mero adjetivo da figura substantiva, o preço) na descrição da base de cálculo da contribuição, que continua sendo o preço pago pela tonelada aos produtores.
8. Honorários advocatícios elevados a 10% do valor atualizado da causa.
9. Apelação da parte autora a que se nega provimento. Remessa oficial, apelo da União e recurso adesivo da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA) e da Associação de Lavradores e Fornecedores de Cana de Igarapava à que se dá provimento, para julgar improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios de 10% do valor atualizado da causa, a serem distribuídos em partes iguais entre as partes adversas" (fls. 506/507e).

# Superior Tribunal de Justiça

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 522/529e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 535, I, do CPC/73, 9º, I, e 97, I e IV, do CTN.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"4.2.- Nota-se do trecho do acórdão acima colacionado que o Tribunal *a quo* declarou, muito embora tenha expressamente reconhecido que a base de cálculo prevista em lei – o preço oficial – tenha sido extinto, que a contribuição se manteria exigível, na medida em que há a possibilidade de aferir-se o preço pago na comercialização da cana de açúcar pelo setor, o que passaria a ser então a nova base de cálculo da aludida contribuição.

4.3.- Relembre-se que a combatida contribuição instituída pelo artigo 64 da Lei 4.870/1965, previa a destinação de 1,5% calculado sobre o 'preço oficial' da tonelada de cana de açúcar às cooperativas de fornecedores, aos órgãos regionais específicos de representação dos mesmos e à respectiva Federação.

No entanto, com a edição do Decreto n.º 99.240/90 foi extinto o chamado 'preço oficial' da cana, do açúcar e do álcool, vale dizer a base de cálculo da contribuição discutida.

E isto porque o 'preço oficial' do álcool, açúcar e cana não se afinava com os novos preceptivos da Constituição Federal de 1988, (*ex vi* do disposto no art. 173 da Carta Magna e seus parágrafos, bem como artigo 1743, que apenas autorizam a intervenção do Estado na economia em situações de excepcionalidade), que antes autorizavam o Estado a interferir na atividade econômica para fixar 'preços oficiais' de mercadorias em situação de normalidade.

4.4.- Dito isto, retorne-se para dizer que, assim, decidiu o r. acórdão que com a extinção do preço oficial da cana de açúcar veiculado pelo IAA, o preço praticado pelo setor sucroalcooleiro serviria de base de cálculo para a contribuição, ainda que não expressamente previsto em lei, pois seria este um outro critério que permitiria aferir a expressão econômica do fato que se pretenderia tributar.

4.5.- Ocorre, no entanto, que por mais louvável que seja a pretensão do Tribunal *a quo*, em encontrar uma base de cálculo substitutiva que estivesse relacionada com o fato gerador da contribuição debatida, a questão é que assim não poderia agir. Na verdade, o acórdão recorrido ao substituir a base de cálculo prevista na Lei, por outro signo econômico, negou evidentemente vigência ao artigo 9º, inciso I e artigo 97, incisos I e IV do Código Tributário Nacional" (fls.

# *Superior Tribunal de Justiça*

543/545e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão. A uma, porque teria deixado de reconhecer a incompatibilidade da contribuição em espeque com a nova ordem constitucional. A duas, porque teria deixado de observar que, uma vez abolida a sistemática de preço oficial, quedaria, a referida contribuição, sem base de cálculo legal.

Assevera-se, por fim, que, "recebido o presente Recurso Especial com fundamento no art. 105, III, alínea 'a', da Constituição Federal, remetendo-o ao Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, onde deverá ser conhecido e provido por conta da negativa de vigência dada pelo acórdão recorrido ao artigo 9º, inciso I e artigo 97, incisos I e IV do Código Tributário Nacional, bem como ao artigo 535, I do Estatuto Processual Civil, porque assim estar-se-á praticando lúdima e salutar JUSTIÇA!!!" (fl. 551e).

Contrarrazões às fls. 587/595e.

Recurso Especial admitido (fls. 621/623e).

O recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, tanto a questão concernente à recepção, ou não, da contribuição prevista no art. 64 da Lei 4.870/65 pela Constituição Federal de 1988, como a questão concernente ao suposto esvaziamento da sua base de cálculo foram suficientemente abordadas e decididas, pelo Tribunal de origem. O que a ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca do conteúdo dos dispositivos legais aplicáveis à espécie. Divergência dessa natureza desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, melhor sorte não colhe a ora recorrente.

É flagrante a falta de prequestionamento, mesmo implícito, dos dispositivos do CTN invocados no Recurso Especial.

Com efeito, tanto o art. 9º, I, como o art. 94, I e IV, do CTN cuidam do princípio da legalidade tributária. Mas não é isso, diretamente, o que está em jogo aqui. O cerne da controvérsia, desenhada neste Recurso Especial, é determinar se a base de cálculo prevista no art. 64 da Lei 4.870/65 se encontra, ou não, derogada. Violação aos dispositivos do CTN acima referidos haveria, em tese, caso o acórdão recorrido tivesse afirmado que a base de cálculo da contribuição não precisaria ser fixada por lei. Mas não foi isso o que se afirmou. O fundamento do acórdão recorrido foi de que a base de cálculo da contribuição, prevista no art. 64 da Lei 4.870/65, não estaria esvaziada. Daí porque o tributo seria exigível – sua base de cálculo está, segundo o Tribunal de origem, devidamente estabelecida em lei.

De aplicar, pois, no particular, a Súmula 211/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço

# *Superior Tribunal de Justiça*

em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Acórdão publicado na vigência do CPC/73.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

